

Pareceres AMT sobre serviços e infraestruturas de mobilidade e transportes

A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) emitiu, no âmbito da sua atividade regulatória, os seguintes pareceres quanto à contratualização de **serviços e tarifários de transporte público de passageiros**¹:

- Parecer n.º 89/2026 – Parecer relativo à Minuta do 6.º Aditamento ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros, apresentado pela Comunidade Intermunicipal do **Alto Alentejo**;
- Parecer n.º 88/2026 – Parecer relativo ao Transporte Flexível (a pedido) no Município de Seia, apresentado pela Comunidade Intermunicipal das **Beiras e Serra da Estrela**;
- Parecer n.º 87/2026 – Parecer quanto à prestação direta de serviço público de transporte rodoviário de passageiros entre Vila Nova de Foz Côa e a estação do Pocinho, apresentado pela Comunidade Intermunicipal do **Douro**;
- Parecer n.º 86/2026 – Parecer relativo à Proposta de Minuta de Acordo de Compensação Financeira entre a Comunidade Intermunicipal do **Alto Alentejo** e a Transportes do Alto Alentejo, S.A.;
- Parecer n.º 85/2026 – Parecer Prévio Vinculativo quanto a “Acordos de Atribuição de Compensações pela Prestação dos Serviços Públicos de Transporte durante o Ano de 2026”, na Comunidade Intermunicipal do **Alto Minho**;
- Parecer n.º 84/2026 – Parecer quanto ao Regulamento da Rede de Mobilidade Urbana de **Rio Maior**;
- Parecer n.º 83/2026 – Parecer prévio vinculativo relativo a novo Contrato de Serviço Público de Transporte Fluvial de Passageiros e de Veículos a celebrar entre o Estado Português e a **TTSL – Transtejo Soflusa**, S.A.;
- Parecer n.º 81/2026 – Parecer Prévio Vinculativo quanto ao Serviço Público de Transporte Regular de Passageiros de âmbito municipal, no concelho de **Melgaço**, em regime transitório;
- Parecer n.º 79/2026 – Parecer quanto ao Projeto de alteração ao Regulamento para a implementação do sistema tarifário na Comunidade Intermunicipal **Viseu Dão Lafões**;
- Parecer n.º 78/2026 – Parecer relativo ao 9.º aditamento ao “Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na AMAL” e às 5.ª e 6.ª alterações ao Regulamento Intermunicipal Apoios à Mobilidade - Comunidade Intermunicipal do **Algarve**;
- Parecer n.º 77/2026 – Parecer Prévio Vinculativo quanto à Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Urbano Regular de Passageiros da Cidade de **Ponta Delgada**;

COMUNICADO

- Parecer n.º 74/2026 – Parecer prévio vinculativo sobre as peças procedimentais relativas ao concurso público para a “Prestação de Serviços de Transporte Urbano no Município do **Cartaxo** – TUC;
- Parecer n.º 66/2026 – Parecer sobre a implementação de uma medida de gratuidade na utilização do transporte público para os residentes no concelho com idade superior a 23 anos, no Município de **Viseu**;
- Parecer n.º 65/2026 – Parecer prévio vinculativo sobre as peças do procedimento para a aquisição de serviços, por Lotes, de Transporte Flexível do Município de **Castelo Branco**.

Quanto a **serviços de transporte rodoviário de passageiros Expresso** ⁱⁱ, foram emitidos:

- Parecer n.º 75/2026- Parecer contendo 20 (vinte) análises económicas simplificadas quanto ao impacto de serviços de transporte rodoviário de passageiros Expresso em contrato de serviço público titulado pela Comunidade Intermunicipal do **Algarve**, com condicionantes de âmbito tarifário;
- Parecer n.º 72/2026- Parecer contendo análise económica simplificada quanto a impactos de 2 (dois) serviços de transporte rodoviário de passageiros Expresso em contrato de serviço público titulado pela Comunidade Intermunicipal da **Lezíria do Tejo**, com condicionantes de âmbito tarifário;
- Parecer n.º 82/2026- Parecer contendo 2 (duas) Análises Económicas Simplificadas quanto a impactos de serviços de transporte rodoviário de passageiros Expresso em contrato de serviço público titulado pela **Transportes Metropolitanos de Lisboa**, com condicionantes de âmbito tarifário.

Quanto a **serviços e infraestruturas ferroviárias** ⁱⁱⁱ, foram emitidos:

- Parecer n.º 70/2026 – Parecer sobre a celebração de acordo-quadro relativo à utilização de capacidade da rede ferroviária de alta velocidade – B-Rail – Mobilidade Ferroviária, Lda, para **Infraestruturas de Portugal**, S.A.;
- Parecer n.º 69/2026 – Parecer sobre as tarifas do Pacote Mínimo de Acesso, inscritas na 1ª Adenda do Diretório de Rede de 2027, para **Infraestruturas de Portugal**, S.A.;
- Parecer n.º 68/2026 – Parecer sobre as tarifas do Pacote Mínimo de Acesso, inscritas na 2ª Adenda do Diretório de Rede de 2026, para **Infraestruturas de Portugal**, S.A.;
- Parecer n.º 67/2026 – Parecer sobre as tarifas do Pacote Mínimo de Acesso, inscritas na 1ª Adenda do Diretório de Rede de 2025, para **Infraestruturas de Portugal**, S.A.;
- Parecer n.º 76/2026 – Parecer sobre a Validação da 1ª Adenda ao Diretório de Rede de 2025, para **Infraestruturas de Portugal**, S.A.

Quanto a **serviços e infraestruturas portuárias** ^{iv} e vias navegáveis interiores, foi emitido:

- Parecer n.º 80/2026 – Parecer relativo ao Projeto de Modificação do Regulamento de Tarifas para 2026 da **Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra**, S.A.

Foram ainda emitidos, para a **Autoridade da Concorrência** ^v:

COMUNICADO

- Parecer n.º 90/2026 – Parecer sobre a Operação de Concentração n.º 99/2025 – CIM OESTE*Rodoviária do Tejo/Rodoviária do Oeste – transporte de passageiros;
- Parecer n.º 65/2025 – Parecer sobre a Operação de Concentração n.º 2025/60 - Boluda / Remolcanosa Portugal - prestação de serviços marítimos e portuários.

No que se refere a serviços e tarifários de transporte público de passageiros e infraestruturas, e quanto a pareceres **favoráveis**, foi confirmada a adequação dos procedimentos ao enquadramento legal aplicável, sem prejuízo do cumprimento de determinações que condicionam o sentido dos pareceres. Pelo contrário, nos pareceres 89/2026 e 84/2026, o sentido foi **desfavorável**.

A divulgação dos pareceres é efetuada, no sítio da internet da AMT¹, após a conclusão de todos os procedimentos administrativos e depois de salvaguardados os elementos sujeitos a confidencialidade e/ou segredo comercial.

Lisboa, 19/08/2026

ⁱ Código dos Contratos Públicos, Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e Decreto-Lei n.º 60/2016, de 8 de setembro, Regulamento AMT n.º 430/2019, de 16 de maio, alterado pelo Regulamento AMT n.º 273/2021, de 23 de março.

ⁱⁱ Decreto-Lei n.º 140/2019, de 18 de setembro, que estabelece os requisitos de exploração do serviço público de transporte de passageiros expresso e Regulamento AMT n.º 973/2021 de 16 de novembro, que estabelece os procedimentos de realização de análises económicas simplificadas.

ⁱⁱⁱ Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro, na redação atual, que aprova princípios e procedimentos de fixação e cobrança das taxas de utilização da infraestrutura ferroviária e de repartição da capacidade da infraestrutura ferroviária, Regulamento AMT n.º 1375/2024 de 27 de novembro, que estabelece os procedimentos para validação dos Diretórios de Rede.

^{iv} Deliberação n.º 1025/2018, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 183, de 21 de setembro de 2018, que aprova as “Linhas de Orientação para a análise, apreciação e aprovação de propostas de regulamentos de tarifas das administrações portuárias”.

^v Nos termos do artigo 55.º da Lei da Concorrência, aprovada pela Lei n.º 19/2012, de maio.

¹ [Pronúncias e pareceres da Autoridade da Mobilidade e Transportes](#)